

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO BÁSICO: PANORAMA DE EFETIVIDADE NO ESTADO DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XXI

Pesquisador(es): MATTIELLO, Darléa Carine Palma; KAPP, Diviane Peretti

Instituição de Ensino Superior/Curso: Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc),
Curso de Direito

Área: Ciência Jurídica

Introdução: A busca pela efetividade do direito fundamental social à educação depende, além de previsões normativas, de ações governamentais eficazes, desenvolvidas por meio de políticas públicas. As crianças e adolescentes com deficiência, inseridos no contexto do ensino básico, entre os quatro e 17 (dezesete) anos de idade, não podem ser excluídas dessa prestação estatal, sob pena de inefetividade das previsões constitucionais. **Objetivo:** O objetivo da pesquisa é esclarecer se as políticas adotadas para os estudantes com deficiência no ensino básico em Santa Catarina são contributivas, de forma satisfatória, para a efetivação do direito à educação, considerando-se o cenário de exigibilidade de uma educação realmente inclusiva no contexto normativo e social do século XXI. **Método:** O estudo adota pesquisa bibliográfica e documental, com aplicação do método hipotético-dedutivo e abordagem qualitativa. Realiza-se revisão de literatura e análise normativa a partir de premissas definidas com base nos dados estatísticos referentes ao período-base e abrangência territorial estudada. **Resultados:** Dados divulgados por fontes confiáveis de pesquisa apontam que crianças e adolescentes com deficiência possuem menor índice de acesso e permanência nas instituições de ensino catarinenses, comparativamente com quem não possui qualquer deficiência, evidenciando uma inefetividade das políticas de educação inclusiva implantadas em âmbito estadual, seja como consequência, ou não, de planejamentos federais. **Conclusão:** As políticas de educação inclusiva desenvolvidas contemporaneamente em Santa Catarina não vêm contribuindo, de forma significativa, para a efetividade do direito à educação às crianças e adolescentes com deficiência, especialmente

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



no ensino básico, apesar de os paradigmas normativos demonstrarem boas intenções. A educação inclusiva deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e fortalecimento da personalidade, sendo o primeiro passo para a construção da autonomia e da cidadania de seus destinatários. Fica evidente, assim, a necessidade de implementação de políticas públicas de inclusão mais efetivas de acesso, permanência e conclusão no ensino básico catarinense, já que, por meio de instrumentos adequados, as diferenças podem deixar de ser vistas como um problema e para serem percebidas como diversidade. Isso sendo feito, propicia-se maior oportunidade de convivência, aprendizado e conhecimento para as crianças e adolescentes inseridos no ambiente escolar, tenham ou não alguma deficiência.

Palavras-chave: Direitos fundamentais sociais. Direito à educação. Educação inclusiva. Políticas Públicas. Criança e adolescente. Pessoas com deficiência.

E-mails: darlea.palma@unoesc.edu.br; divianeperetti@hotmail.com

